

# POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ERA LULA (2003-2011)

Diego Lara de Souza<sup>1</sup>

Prof. Dr. Leonardo Mèrcher<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo pretende mostrar a reformulação da política externa brasileira diante dos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva de modo a compreender as suas estruturas, acompanhando ou transformando ações diversas, tomadas na iniciativa de promover um governo mais participativo e confluyente nas relações entre nações e órgãos internacionais. Passaremos por uma breve comparação da política externa adotado por Fernando Henrique Cardoso e mostraremos as iniciativas tomadas pelo governo Lula buscando uma inserção internacional valorizada do Brasil frente às demais nações, estabelecendo parcerias, acordos e propostas no eixo econômico, político e social, visando principalmente trabalhar com as cooperações com os países da América do Sul e o chamado eixos Sul-Sul. Dentre essas relações, cita a criação dos blocos econômicos em vista de alcançar essa posição de destaque desejada do país e para promover uma maior e melhor integração dos demais membros e outros países em desenvolvimento no cenário internacional. A diplomacia apresentou como o campo mais bem-sucedido do governo de Lula, com o país recuperando uma ação de grande intensidade e alcance planetário, digna da quinta nação mais populosa e extensa e da décima economia do mundo.

**Palavras chave:** Integração Regional. Cooperação Sul-Sul. Brasil.

## INTRODUÇÃO

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2002 e sua chegada à presidência nacional em janeiro do ano seguinte emplacou uma série de mudanças nas Relações Exteriores do Brasil. Tal alteração fez com que mudanças significativas na política externa do país como buscar corrigir as distorções criadas por um mundo cada vez mais globalizado permeada apenas em comércio e investimentos livres. O governo de Lula hesitou, foi além da passividade do governo anterior e buscou alianças para além do hemisfério como forma de ampliar sua influência no sistema

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016).

internacional. Cooperou com os países vizinhos, os países africanos e se alinhou aos países emergentes. Criou blocos, formalizou alianças e saiu como uma grande liderança no sistema internacional.

Mostraremos as iniciativas tomadas pelo governo Lula que buscou uma inserção internacional valorizada do Brasil frente aos demais países do Sistema Internacional, estabelecendo acordos, parcerias e propostas no eixo econômico, político e social, visando de forma incessante trabalhar com as relações Sul-Sul. Dentre essas relações, a integração dos blocos econômicos que visa alcançar a posição de destaque desejada do país, uma liderança, e a promoção de uma maior e melhor integração dos países em desenvolvimento no cenário internacional e também um olhar diferenciado aos países vizinhos aqui na região sul-americana.

## **LULA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Em 2003, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência do Brasil e coloca em evidência a necessidade de se reestruturar a política externa nacional de modo a valorizar não somente o interesse de crescimento econômico, mas que diminuísse as diferenças sociais dentro do próprio território e que promovesse uma integração maior dos países em desenvolvimento no cenário internacional, com direito a se expressarem e poder participar dos Fóruns de debates de assuntos globais.

Mesmo os dois governos não sendo exatamente uma sequência ideológica um do outro, segundo Lampreia (2008) eles se embasam nos mesmos pilares “moldadores” da PEB:

a política externa brasileira sempre foi um fator de confiança acrescida no Brasil. Pode-se afirmar que isto se fundou historicamente em dois pilares, aos quais a democratização acrescentou um terceiro: 1) comportamento condizente com os princípios que sempre defendemos e ajudamos a inscrever nos principais instrumentos do direito internacional, como a não intervenção, a solução pacífica das controvérsias, a autodeterminação dos povos; 2) capacidade de manter coerência de posições e comportamento ao longo do tempo, sem prejuízo da necessária renovação à luz das transformações internas e externas; 3) a ação externa pautada pelos valores que mobilizam a comunidade internacional, como a democracia, os direitos humanos, o meio ambiente, a não proliferação, o combate ao crime organizado. (LAMPREIA, 2008)

Durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil estava frente a uma nova ordem internacional, onde o multilateralismo vigorava e

novos desafios surgiram na política internacional. FHC procurou alinhar com os grandes líderes mundiais, pensando nas contribuições que tais alianças poderiam ajudar o Brasil a chegar a uma posição de destaque diante das outras nações e firmar-se como um líder e influente nas relações exteriores. FHC esvaziou o Itamaraty de suas funções e assim transferiu as atribuições econômicas do Ministério de Relações Exteriores para o Ministério da Economia e, assumiu assim pessoalmente sua dimensão política com a introdução da diplomacia presidencial.

Sob o comando de FHC deu início à substituição da ênfase da América Latina pela América do Sul, delimitando assim uma nova esfera geográfica da política regionalista. O Brasil continuou sua política externa mantendo seus contatos com a União Europeia, via negociações bilaterais e pelo Mercosul, fazendo mais aproximações com Índia e Malásia. Nas crescentes relações econômicas, desenhou-se a possibilidade do fortalecimento de parcerias estratégicas com China, Índia e Rússia, envolvendo a cooperação aeroespacial, exército e nuclear de nações com grande capacidade diplomática no sistema internacional multipolar, como forma de contornar uma nova unilateralidade norte-americana.

O problema é que o Brasil não cumpriu muito dos itens acordados, ou abandonou seus aliados ao primeiro sinal de problemas, um exemplo destes acordos foi a denúncia unilateral do acordo de cooperação tecnológica com a Índia quando este país realizou testes atômicos. FHC preocupava em verdade em fazer com que o Brasil cumprisse apenas os acordos com os países mais desenvolvidos e com os organismos internacionais que obtinham grandes vantagens para com esses países, pois existia uma grande crença que o Brasil só iria se desenvolver via comércio internacional e multilateralismo econômico.

A política externa do presidente Lula é orientada por uma combinação de solidariedade internacional e de defesa dos valores e interesses brasileiros. Tais elementos podem até parecer irreconciliáveis à primeira vista, mas, no longo prazo é do interesse brasileiro que países vizinhos e amigos superem a condição do subdesenvolvimento e não sucumbam diante de situações de convulsão sociopolítica ou conflitos armados. É dessa visão de mundo que surge a "não-indiferença". A "não-indiferença" não é propriamente um princípio, mas constitui uma diretriz humanista de nossa política externa. (AMORIM, 2010)

A substituição do governo de FHC para o governo Lula traz mudanças na política externa brasileira como a liderança e modificações fundamentais do comportamento internacional. Uma delas e mais evidente é o da valorização da

cooperação internacional sentido Sul-Sul. O Brasil buscou não somente estabelecer parcerias comerciais com países em desenvolvimento, mas também estabelecer relações políticas para alcançar objetivos comuns.

A nova política externa brasileira do governo de Lula tinha por objetivos a participação plena em todas as negociações multilaterais, a soberania econômica nacional e políticas setoriais de desenvolvimento além das alianças estratégicas com o G-20; G3, países africanos como África do Sul e emergentes como a Índia. Um dos grandes objetivos políticos era não se limitar somente na região sul-americana, mas sim ir conquistando através do ativismo diplomático e das alianças estratégicas.

Lula defendeu interesses nacionais e internacionais durante seu governo, sempre deixando explícito que os países devem trabalhar juntos para extinguir a fome mundial, defender os direitos humanos, diminuir a pobreza, criar recursos de proteção ao meio ambiente, dentre outros assuntos.

Os interesses de tornar o país uma nação de destaque, respeitada e influente também foram defendidos. Porém, houve uma reformulação de como esses interesses seriam atingidos e, no caso, a política externa de 2003 a 2010 primava por estabelecer e expandir as relações com os países do eixo sul, de maneira a defender os interesses gerais e fortalecer alianças que poderiam levar a uma participação mais ativa na ordem internacional. Essas alianças chamadas de Blocos Econômicos foram amplamente defendidas no último governo, pensando em assuntos não somente particulares, mas de modo a tornar o mundo mais igualitário e com menores diferenças entre as nações, defendendo a participação e o direito de intervir em assuntos que dizem respeito ao bem-estar de todo o sistema internacional e não somente acatar aos interesses e as ordens dos países centrais.

Para os governos de Lula havia o interesse de fortificar o Brasil e elevá-lo liderança regional e obter mais influência num mundo cada vez mais globalizado, defender os interesses nacionais e firmar-se como uma potência. Defendeu os interesses de colocar o Brasil como nação soberana e reconhecida no cenário mundial desenvolvendo a economia interna de modo de fortalecer os interesses nacionais. Assim, sua política externa foi amplamente modificada para atender

interesses sociais, culturais, econômicos e políticos interna e externamente, estando atento aos novos problemas que o mundo passará a enfrentar no decorrente século.

Nesse sentido, o Governo Lula assumiu explicitamente o compromisso de fazer com que as mudanças reclamadas pela população brasileira alcançassem também a política externa. Essas mudanças se processariam, contudo, não tanto por meio de dramática revisão de objetivos e prioridades, mas antes e principalmente, por meio de atuação mais assertiva fundada na (i) subordinação direta da política externa aos ditames do desenvolvimento, este orientado por uma perspectiva humanista; (ii) na reafirmação da soberania e dos interesses nacionais no plano internacional; (iii) na centralidade e apoio ao comércio exterior como ferramenta essencial ao desenvolvimento econômico e para a redução das vulnerabilidades externas do País; (iv) no engajamento na construção de alianças e parcerias nos planos regional e global simultaneamente, em prol de objetivos e causas identificadas com as necessidades do desenvolvimento econômico e social; e, por fim, como traço efetivamente distintivo, (v) com a atuação decidida em prol da promoção de uma ordem política e econômica mais democrática, justa e equitativa entre as nações. (VAZ, 2006)

Este trecho traduz as políticas adotadas pelo presidente Luiz Inácio durante seu governo entre 2003 e 2010. Determinou os objetivos impostos naquele período e que de certo modo continuam em seguimento no governo posterior. Lula buscava uma integração do Brasil com diversas nações no mundo, através da promoção de acordos e parcerias que viessem a fortalecer os laços de cooperação dos Estados, em todos os eixos internacionais. Assim podemos elencamos: O forte multilateralismo, a soberania e igualdade de todos países, as alianças com outras potências médias e economias emergentes e a grande prioridade na conquista de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão.

Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. (LULA DA SILVA, 2003)

A atuação do Exército brasileiro na missão de paz no Haiti seria uma tentativa demonstrar à comunidade internacional a competência do Brasil para integrar o Conselho. A mudança da política exterior brasileira em relação ao governo FHC, de acordo com Cervo define-se o governo Lula em três linhas:

a) tirar a política exterior das ilusões da harmonia kantiana e de divisas e orientá-la para a conquista da reciprocidade real nas relações internacionais, ou seja, a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade entre países centrais e emergentes; b) o enfrentamento das dependências estruturais – financeira, empresarial e tecnológica – com o fim de atenuá-las; c) a ideia de reforçar a América do Sul como polo de poder e plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros. (CERVO, 2008, p. 56).

O MERCOSUL, bloco formado entre alguns países na América do Sul, é um exemplo de acordos feitos em que se busca maior integração, participação e desenvolvimento dos países membros no cenário internacional. A prioridade mais importante da diplomacia brasileira consistia na importância estratégica e uma base para a união política da América do Sul, livre de influências externas e de limitações hegemônicas (fortaleza) tendo como precedência o social e o político.

O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – nasce do Tratado de Assunção, assinado em 26/03/1991, que tinha os objetivos de inserir competitivamente os quatro países membros num mundo caracterizado pela consolidação de blocos regionais de comércio (no qual a capacitação tecnológica vem ganhando importância para o alcance do progresso econômico e social), proporcionar aos participantes ganhos de produtividade através da viabilização de economias de produção, ampliar o fluxo de comércio e investimento com o resto do mundo, promover a abertura econômica regional (que favorece o livre comércio) e com tudo isso melhorar a condição de vida de seus habitantes (SIMÕES & MORINI apud LOPES & VENTURA, 2006, p.2)

O processo de mudanças da política externa brasileira sob o governo de Lula intensificou o processo de integração regional. Esta ação foi além da busca da

integração regional para interesses comerciais. Vem como forma de fortalecer o MERCOSUL diante dos demais blocos de poder existentes.

Por outro lado, através de diversos acordos firmados com países emergentes, o Brasil visava assegurar maior inserção no cenário internacional, participando de debates, fóruns, conferências e demais projetos que dizem respeito a assuntos internacionais. A política externa brasileira estava neste momento buscando parcerias políticas com esses países e ampliando assim seu processo de integração regional, passando pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Embora esse bloco meramente fraco buscava-se formas de contrapor o modelo dos Estados Unidos da América de integração via ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) fazendo assim sua aversão ao projeto estadunidense.

Além do fortalecimento do MERCOSUL, valorizando os setores menos avançados do bloco como educação e meio ambiente, a política externa brasileira busca a inclusão de novos membros como a Venezuela, seja como parceiro na integração dos outros blocos existentes no continente (CASA, UNASUL). Um parceiro estratégico das políticas externa brasileira para consultas frequentes sobre os mais diversos assuntos, buscando posições comuns principalmente em relação à ALCA e o MERCOSUL como a união política dos países membros na região é a Argentina. Tal objetivo é afinar a política externa brasileira com a do o país vizinho e assim operar acordos com o principal rival regional.

Destaca-se nesse período a diplomacia presidencial, simultaneamente à atuação diplomática que veio se destacando nos fóruns internacionais em defesa de temas sociais, como combate à fome internacional e meio ambiente onde propagou o uso de biocombustíveis como fonte de energia limpa e renovável substituindo assim o uso de produtos derivados do petróleo.

Essas parcerias obteve mais notoriedade, tornou possível maiores investimentos econômicos, trocas comerciais e promoveu uma inserção não somente sua, mas de outros países em desenvolvimento e emergentes a futuras potências, como é o caso da Argentina, África do Sul, Índia, China, Rússia, etc. Na busca por igualdade de direitos entre as nações, por participações ativas nos debates, nas

organizações internacionais, por crescer economicamente, tornar-se uma liderança regional e porta-voz da América do Sul, todos esses desejos, fizeram parte do governo Lula e foram arduamente buscados através dos diversos projetos e formação dos blocos econômicos entre os países anteriormente citados. A participação do presidente Lula na reunião do G7, em Evian, na França é um grande exemplo disso.

Nesta reunião, Lula apresentou seu plano de combate à fome e alavancar o desenvolvimento a partir do financiamento de obras infraestrutura. Há de ressaltar as visitas de Lula aos países como Líbia e Síria e sua aproximação com os países da África, visitando os países como Moçambique, Angola, África do Sul, São Tomé e Príncipe e Namíbia foram iniciativas que fez com que o Brasil fosse destaque tanto na África e Oriente Médio. Aprofundou as parcerias entre os países emergentes criando assim o BRIC, formados com os países Rússia, Índia e China e depois abrangendo parceria com a África do Sul formando assim o BRICS e da criação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) intensificando a cooperação Sul-Sul.

## **GANHOS E DESAFIOS DEIXADOS PELA POLÍTICA EXTERNA DE LULA**

Até a chegada de Lula no governo, em 2003, existiam algumas disparidades no que tange a política de desenvolvimento regional e planejamento do desenvolvimento regional na estrutura institucional do MERCOSUL como a necessidades de minimizar as assimetrias principalmente dos países menores, Paraguai e Uruguai.

O processo de integração afeta de forma diferente o capital, o trabalho e as regiões que dele participam. Este processo somente pode sobreviver se dispuser de mecanismos compensatórios para reduzir os desequilíbrios e as tensões que gera em distintos setores da economia e para promover o desenvolvimento mais acelerado das regiões afetadas de forma desfavorável de modo a reduzir os desníveis regionais e suas repercussões na esfera política (Guimarães, 1999).

Um dos principais formuladores da política externa de Lula, o secretário geral do Ministério de Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães fez o enfrentamento das assimetrias existentes em escala regional. Durante o governo de Lula, foram incluídas três vertentes: uma vertente de infraestrutura, uma vertente política e uma vertente econômico-comercial que têm por meta potencializar a



integração regional e assim capacitar a região inserindo-a no mundo cada vez mais multipolar em blocos.

Na área de infraestrutura, o instrumento fundamental foi a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul - IIRSA. No âmbito político foi a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA –, que mais tarde se transforma em UNASUL. Na área econômico-comercial buscou a reestruturação, ampliação e fortalecimento do MERCOSUL, bem como sua aproximação com outros blocos da América do Sul como a CAN e com o Chile, formando uma ampla Área de Livre Comércio da América do Sul.

A partir de 2003, a IIRSA passa por um processo de uma nova gestão redefinindo suas finalidades. Há críticas em relação à forte influência dos Estados Unidos via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as quais reproduziam uma ideia de “corredores de exportação”, fortalecendo assim o vínculo da região com o exterior, limitando assim as possibilidades intra-regionais de se fortalecer e tornar-se cada vez mais complementares as suas economias o que ajuda na integração regional.

Lula e sua política externa ao passar dos anos passou a financiar projetos de infraestrutura via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES em conjunto com a Comunidade Andina de Financiamento – CAF, marginalizando os projetos da IIRSA, deixando isolado o BID e criando uma ponte para incorporar a IIRSA na UNASUL.

Apesar das suas restrições orçamentárias, a IIRSA se transformou num instrumento de incentivo ao desenvolvimento e complementaridade de regiões, constituiu uma inovação importante nos esquemas de integração regional na América do Sul e não ficando restrito apenas a um caráter muito mais de um mercado do que de política pública.

Na área política, sob a liderança brasileira a partir de 2008 a UNASUL tende a configurar um grande fórum de discussão de temáticas da região. A instituição absorveu na sua criação o Conselho Energético, criou o Conselho da Defesa e o Conselho de Saúde. Em 2009, absorveu a IIRSA atuando como Conselho de Infraestrutura e Planejamento, bem como criou o Conselho de Desenvolvimento

Social, o Conselho de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, e o Conselho de Luta Contra o Narcotráfico.

Com o objetivo principal de fazer investimentos de longo prazo na região com mais autonomia em relação ao Banco Mundial e ao BID, alguns países da América do Sul formaram o Banco do Sul, composto por Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo dos 8 anos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a política externa deixou seu grande viés econômico e passou a vigorar na agenda internacional do Brasil assuntos políticos e sociais, defendendo interesses do Brasil e das demais nações emergentes. Priorizou as relações com os países do MERCOSUL e a cooperação Sul-Sul, intensificando e valorizando os países deste eixo. Recorreu aos acordos e as alianças com esses países do eixo sul, defendeu os interesses nacionais e internacionais como forma de integrar, cooperar e desenvolver, mostrando assim que a união dos países pode levar ao crescimento dos mesmos. Agiu com vontade política e muito otimismo criando assim grandes destaques no contexto internacional ao contrário dos governos anteriores, principalmente ao último governo, de FHC.

Uma das prioridades do governo Lula foi a integração da América do Sul através da expansão do MERCOSUL, criação da UNASUL, e a abertura de novas rotas comerciais com países os quais o Brasil pouco se relacionava, em especial os países árabes e africanos.

A posição do Brasil como sendo liderança regional e porta voz desses países emergentes através de uma diplomacia presidencial ativa, passando também até à ser admirado inclusive em Washington, nos Estados Unidos da América. Por isso, o Brasil alcançou resultados positivos durante os governos de Lula, com uma diplomacia cada vez mais ativa e ousada, adequando à era de um mundo cada vez mais globalizado. A responsabilidade então ficou para presidenta Dilma Rousseff que eleita em outubro de 2010 e iniciando seu primeiro mandato em 2011 demonstrar continuidade na política externa exercida no governo de Lula.

Contudo, o governo Temer, empossado como presidente após o todo o processo de impeachment de Dilma acabou negando e desfazendo várias linhas de da Política Externa Brasileira desde o fim dos governos militares, principalmente se falando da priorização das relações diplomáticas e comerciais com os países do Sul. Assim, o governo atual parece sinalizar um retorno da política externa deixado há décadas buscando foco em “parceiros tradicionais”, como os Estados Unidos e a União Europeia.

Como recomendações aos interessados pelo estudo, foi proposto um amplo acervo de idéias e considerações sobre os ganhos e desafios da Política Externa Brasileira de Lula, a fim de demonstrar tal importância desse período, tanto para o Brasil quanto para Sistema Internacional. Cabe salientar que as estratégias do governo Lula há grandes inovações e diferenças sobre qualquer outro movimento anterior à sua chegada.

Esse estudo contribui para ressaltar a política externa brasileira no período de governo de Lula e aumentar o conhecimento de pessoas que se interessam pelo tema, pois demonstra os pilares da PEB de Lula e seus resultados, e serve ainda como literatura para acadêmicos e como parâmetro para análise e melhorias futuras.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. B. de; LIMA, M. C. M. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos científicos: artigo científico**. Campos dos Goytacaz: Fundação Benedito Pereira Nunes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6022: informação e documentação: apresentação de artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2002. CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 51, n. 2, p. 8-25, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais no Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol. 46, n. 2, p. 5-25, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UnB, 2002.

CANDEAS, A. W. Relações **Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, p. 178-213, 2005.

FIGUEIRA, A. C. R. **Processo Decisório em Política Externa Brasileira**. 2009. 255 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LAMPREIA, Luiz Felipe. 2008. **A política externa do governo FHC: continuidade e renovação**. Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 41, n2.

LOPES, Lucyene; VENTURA, Fátima. **Integração Econômica e a Formação do Mercosul**. Piracicaba: UNIMEP, 2006, p.2. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/430.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MACHADO, José Luiz. **Blocos Econômicos no Panorama Mundial: análise geográfica**, Curitiba: Ibpex, 2012.

PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira (1889-1992)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIN, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pineiro. **A política externa do Brasil**. Brasília: Ipri-Funag/ MRE, 2003.

VAZ, A. C. **O Governo Lula: Nova Política Exterior?**. In: Clóvis Brigagão; Domício Proença Jr.. (Org.). O Brasil e a Conjuntura Internacional: Paz e Segurança Internacional. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2006, v. , p. 85-97.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. In: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. vol. 57, nº 2, 2014, p. 517-552.

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil, de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.